

Pérez-Llorca

Employment Flash News

PORTUGAL | 04/2026

2026

Novidades legislativas na área de direito do trabalho e segurança social

1. Estratégia Nacional para a Segurança e Saúde no Trabalho 2026-2027

■ Resolução do Conselho de Ministros n.º 75-A/2026, de 27 de abril

O Conselho de Ministros aprovou a Estratégia Nacional para a Segurança e Saúde no Trabalho 2026-2027, estabelecendo as prioridades e linhas de ação do Estado em matéria de prevenção de riscos profissionais e promoção do bem-estar laboral. O diploma enquadra-se no quadro estratégico europeu para a SST e procura responder a desafios emergentes, como a digitalização, as alterações demográficas e o aumento dos riscos psicossociais, com particular enfoque na saúde mental no trabalho.

A estratégia organiza-se em torno da prevenção de acidentes de trabalho e doenças profissionais, da promoção de ambientes de trabalho saudáveis e da adaptação aos novos modelos de organização do trabalho, prevendo medidas como o reforço da atuação da Autoridade para as Condições do Trabalho, campanhas de sensibilização e mecanismos de monitorização. Trata-se de um instrumento de natureza programática, sem alteração direta do regime jurídico laboral, mas com relevância prática enquanto orientação para políticas públicas, atuação inspetiva e futura produção legislativa.

2. Tempo de Trabalho dos Trabalhadores Móveis em Atividades de Transporte Rodoviário

■ Decreto-Lei n.º 84/2026, de 13 de abril

O Governo aprovou o regime aplicável à organização do tempo de trabalho dos trabalhadores móveis no setor do transporte rodoviário, fixando limites e regras específicas que visam assegurar a proteção da segurança e saúde destes trabalhadores, transpondo diretivas europeias. Em particular, são fixados um limite máximo semanal de 60 horas de trabalho e uma média de 48 horas por semana, calculada num período de referência, bem como regras relativas a pausas, períodos de descanso e tempos de disponibilidade.

O regime prevê ainda limitações específicas para o trabalho noturno e consagra um quadro contraordenacional para a violação das normas estabelecidas, reforçando os mecanismos de fiscalização e cumprimento. Enquanto regime especial, prevalece sobre o Código do Trabalho em matéria de organização do tempo de trabalho no setor abrangido, tendo impacto direto na gestão de horários e na organização da atividade das empresas de transporte rodoviário.

Novidades jurisprudenciais na área de direito do trabalho e segurança social

1. Responsabilidade em contexto de grupo de empresas pode ter relevância laboral mas tem de ser alegada no momento processual adequado

- Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 8 de abril de 2026 (Relator: Domingos José de Morais, proc. n.º 1333/20.5T8LRA.C3.S1)

Na ação de impugnação de despedimento por extinção do posto de trabalho, o trabalhador procurou responsabilizar, para além da entidade empregadora formal, outras sociedades integradas no mesmo grupo empresarial, invocando uma atuação coordenada e uma confusão funcional entre entidades. Em primeira instância e na Relação, a discussão centrou-se na delimitação subjetiva da ação e na suficiência da alegação factual quanto à intervenção das várias sociedades. Só em fase mais avançada do processo é que o trabalhador procurou ampliar o âmbito da responsabilidade a outras entidades do grupo.

O Supremo Tribunal de Justiça (“STJ”) concluiu que tal ampliação era inadmissível, por violação do princípio da preclusão dos meios de defesa e de alegação, sublinhando que a identificação dos sujeitos responsáveis deve ser feita nos momentos processuais próprios. Ainda que admita a relevância substantiva da realidade dos grupos de empresas em direito do trabalho, o STJ reafirmou que essa complexidade não afasta o ónus de alegação tempestiva dos factos constitutivos da responsabilidade, mantendo, assim, a decisão recorrida que limitara a responsabilização à entidade inicialmente demandada.

2. Presunção de laboralidade e pagamento de retribuições intercalares, com exclusão das quantias que não tenham natureza retributiva.

- Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 4 de março de 2026 (Relator: Antero Veiga, proc. n.º 589/22.3T8LSB.L1-A.S1-A)

Nesta ação de reconhecimento de contrato de trabalho, o STJ reiterou a jurisprudência dominante, decidindo que os factos a demonstrar, tendo em vista a ilisão da presunção, devem, pela sua quantidade e impressividade, pôr em causa o nexo de probabilidade de ocorrência do facto presumido, conforme pressuposto pelo legislador ao estabelecer a presunção em face dos factos-índice, não bastando “*circunstâncias factuais que podem sustentar meras hipóteses*”.

O STJ mais decidiu que as prestações intercalares devem ser calculadas em função das prestações com natureza retributiva, excluindo-se aquelas que nos termos do artigo 260º do Código do Trabalho não assumam tal natureza, nomeadamente o subsídio de alimentação e ajudas de custo salvo quando excedam os respetivos montantes normais, tenham sido previstas no contrato ou se devam considerar pelos usos como elemento integrante da retribuição do trabalhador.

3. Valor jurídico dos factos assentes em fase conciliatória no processo de acidente de trabalho

- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 15 de abril de 2026 (Relatora: Maria José Costa Pinto, proc. n.º 2072/22.8T8VFX.L1-4)

O processo teve origem num acidente de trabalho, no qual, tendo sido realizada a fase conciliatória prevista no Código de Processo do Trabalho (“CPT”), a empregadora declarou aceitar os pressupostos de facto indicados pelo Ministério Público, designadamente a ocorrência do acidente, o nexo de causalidade com as lesões e o montante da retribuição anual, discordando apenas quanto à responsabilidade, por entender que esta se encontrava integralmente transferida para a seguradora. Posteriormente, já em fase contenciosa, a empregadora apresentou contestação

impugnando esses mesmos factos, suscitando-se a questão da relevância dessa impugnação e dos seus efeitos em relação à seguradora que não contestou.

O Tribunal da Relação de Lisboa (“TRL”) concluiu que as declarações da empregadora no auto de não conciliação, interpretadas segundo a teoria da impressão do destinatário, consubstanciam uma aceitação dos factos essenciais, ficando o litígio circunscrito à delimitação da responsabilidade seguradora. Assim, considerou inatendível a posterior impugnação desses factos por parte da empregadora, por contrariar o previamente assumido, não podendo nem a própria nem a seguradora beneficiar desse articulado ao abrigo do artigo 129.º, n.º 2, do CPT. O TRL esclareceu ainda que tais declarações não configuram confissão nos termos do processo civil, mas produzem efeitos próprios no âmbito do processo laboral, reafirmando a relevância e estabilidade da posição assumida na fase conciliatória.

Radar laboral

- 1. A 29 de abril de 2026, os representantes dos Estados-Membros da UE confirmaram um acordo provisório alcançado com o Parlamento Europeu para rever as regras de coordenação dos sistemas nacionais de segurança social, com o objetivo de as tornar mais claras, justas e fáceis de aplicar.**

A revisão incide sobre o quadro existente (Regulamentos n.º 883/2004 e 987/2009) e procura modernizar a coordenação em matérias como prestações de desemprego, benefícios familiares e cuidados de longa duração, assim como reforçar a mobilidade laboral dentro da União Europeia, garantindo que os cidadãos que trabalham ou vivem noutro Estado-Membro possam exercer os seus direitos sociais de forma mais simples e eficaz, evitando lacunas ou sobreposições de proteção. Trata-se ainda de um passo político relevante num processo legislativo longo, sendo agora necessária a aprovação formal pelas instituições europeias.

Novedades legislativas en materia de derecho laboral y seguridad social

1. Estrategia Nacional para la Seguridad y Salud en el Trabajo 2026-2027

■ Resolución del Consejo de Ministros n.º 75-A/2026, de 27 de abril

El Consejo de Ministros aprobó la Estrategia Nacional para la Seguridad y Salud en el Trabajo 2026-2027, estableciendo las prioridades y directrices de acción por parte del Estado en materia de prevención de riesgos profesionales y promoción del bienestar laboral. El documento se enmarca en el marco estratégico europeo para la SST y busca responder a desafíos emergentes, como la digitalización, los cambios demográficos y el aumento de los riesgos psicosociales, con especial énfasis en la salud mental en el trabajo.

La estrategia se organiza en torno a la prevención de accidentes de trabajo y enfermedades profesionales, la promoción de ambientes de trabajo saludables y la adaptación a los nuevos modelos de organización del trabajo, previendo medidas como el refuerzo de la actuación de la Autoridad para las Condiciones del Trabajo, campañas de sensibilización y mecanismos de monitorización. Se trata de un instrumento de naturaleza programática, sin alteración directa del régimen jurídico laboral, pero con relevancia práctica como orientación para políticas públicas, actuación inspectora y futura producción legislativa.

2. Tiempo de Trabajo de los Trabajadores Móviles en Actividades de Transporte por Carretera

■ Decreto-Ley n.º 84/2026, de 13 de abril

El Gobierno aprobó el régimen aplicable a la organización del tiempo de trabajo de los trabajadores móviles en el sector del transporte por carretera, fijando límites y reglas específicas destinadas a garantizar la protección de la seguridad y salud de estos trabajadores, transponiendo directivas europeas. En particular, se establecen un límite máximo semanal de 60 horas de trabajo y una media de 48 horas por semana, calculada en un período de referencia, así como reglas relativas a pausas, períodos de descanso y tiempos de disponibilidad.

El régimen prevé además limitaciones específicas para el trabajo nocturno y consagra un marco sancionador para la infracción de las normas establecidas, reforzando los mecanismos de fiscalización y cumplimiento. Como régimen especial, prevalece sobre el Código del Trabajo en materia de organización del tiempo de trabajo en el sector cubierto, teniendo un impacto directo en la gestión de horarios y en la organización de la actividad de las empresas de transporte por carretera.

Novedades jurisprudenciales en el ámbito del derecho laboral y la seguridad social

1. La responsabilidad en el contexto de un grupo de empresas puede tener relevancia laboral, pero debe alegarse en el momento procesal adecuado

- Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 8 de abril de 2026 (Relator: Domingos José de Morais, proc. n.º 1333/20.5T8LRA.C3.S1)

En la impugnación de despido por extinción del puesto de trabajo, el trabajador intentó responsabilizar, además de la entidad empleadora formal, otras sociedades integradas en el mismo grupo empresarial, invocando una actuación coordinada y una confusión funcional entre entidades. En primera y segunda instancias, la discusión se centró en la delimitación subjetiva de la acción y en la suficiencia de la alegación fáctica respecto a la intervención de las distintas sociedades, y el trabajador sólo intentó, ya en fase avanzada del proceso, ampliar el ámbito de la responsabilidad a otras entidades del grupo.

El Tribunal Supremo de Justicia (“STJ”) concluyó que dicha ampliación era inadmisibles, por violación del principio de preclusión de los medios de defensa y alegación, subrayando que la identificación de los sujetos responsables debe realizarse en los momentos procesales oportunos. Aunque admite la relevancia sustantiva de la realidad de los grupos de empresas en derecho laboral, el STJ reafirmó que esa complejidad no exime del deber de alegación oportuna de los hechos constitutivos de la responsabilidad, manteniendo así la decisión recurrida que había limitado la responsabilización a la entidad inicialmente demandada.

2. Presunción de laboralidad y pago de retribuciones intercalares, con exclusión de las cantidades que no tengan naturaleza retributiva.

- Sentencia del Tribunal Supremo de Justicia, de 4 de marzo de 2026 (Ponente: Antero Veiga, proc. n.º 589/22.3T8LSB.L1-A.S1-A)

En esta acción de reconocimiento de relación laboral, el STJ reiteró la jurisprudencia predominante, decidiendo que los hechos a demostrar, con vistas a la destrucción de la presunción, deben, por su cantidad y contundencia, poner en cuestión el nexo de probabilidad de ocurrencia del hecho presumido, presupuesto por el legislador al establecer la presunción a partir de los indicios, no siendo suficiente las “*circunstancias fácticas que puedan sustentar meras hipótesis*”.

El STJ decidió además que las prestaciones intercalares deben calcularse en función de las prestaciones con naturaleza retributiva, excluyéndose aquellas que, conforme al artículo 260.º del Código del Trabajo, no asuman tal naturaleza, en particular el subsidio de alimentación y las dietas, salvo cuando excedan los respectivos importes normales, hayan sido previstas en el contrato o deban considerarse por los usos como elemento integrante de la retribución del trabajador.

3. Valor jurídico de los hechos establecidos en fase conciliatoria en el proceso de accidente de trabajo

- Sentencia del Tribunal de Apelación de Lisboa, de 15 de abril de 2026 (Ponente: Maria José Costa Pinto, proc. n.º 2072/22.8T8VFX.L1-4)

El proceso tuvo origen en un accidente de trabajo. Se llevó a cabo la fase conciliatoria prevista en el Código Procesal del Trabajo (“CPT”), en la cual la empleadora declaró aceptar los presupuestos de hecho indicados por el Ministerio Público, en particular la ocurrencia del accidente, el nexo de causalidad con las lesiones y el importe de la retribución anual, discrepando únicamente en cuanto

a la responsabilidad, por entender que esta se encontraba íntegramente transferida a la aseguradora. Posteriormente, ya en fase contenciosa, la empleadora presentó contestación impugnando esos mismos hechos, planteándose la cuestión de la relevancia de dicha impugnación y de sus efectos en relación con la aseguradora que no contestó.

El Tribunal de Apelación de Lisboa (“TRL”) concluyó que las declaraciones de la empleadora en el acta de no conciliación, interpretadas según la teoría de la impresión del destinatario, constituyen una aceptación de los hechos esenciales, quedando el litigio circunscrito solo a la determinación de la responsabilidad de la aseguradora. Así, consideró inadmisibles la posterior impugnación de esos hechos por parte de la empleadora, por contradecir lo previamente acordado, no pudiendo ni ella, como tampoco la aseguradora beneficiarse de dicho escrito al amparo del artículo 129.º, apartado 2, del CPT. El TRL aclaró además que tales declaraciones no configuran una aceptación en los términos del proceso civil, pero sí producen efectos propios en el ámbito del proceso laboral, reafirmando la relevancia y estabilidad de la posición asumida en la fase conciliatoria.

Radar laboral

- 1. El 29 de abril de 2026, los representantes de los Estados miembros de la UE confirmaron un acuerdo provisional alcanzado con el Parlamento Europeo para revisar las reglas de coordinación de los sistemas nacionales de seguridad social, con el objetivo de hacerlas más claras, justas y fáciles de aplicar.**

La revisión recae sobre el marco existente (Reglamentos n.º 883/2004 y 987/2009) y busca modernizar la coordinación en materias como prestaciones de desempleo, beneficios familiares y cuidados de larga duración, así como reforzar la movilidad laboral dentro de la Unión Europea, garantizando que los ciudadanos que trabajan o viven en otro Estado miembro puedan ejercer sus derechos sociales de forma más sencilla y eficaz, evitando lagunas o solapamientos de protección. Se trata además de un paso político relevante en un proceso legislativo largo, siendo ahora necesaria la aprobación formal por las instituciones europeas.

Legislative developments in the area of labour law and social security

1. National Strategy for Occupational Safety and Health 2026-2027

■ Resolution of the Council of Ministers No. 75-A/2026 of 27 April

The Council of Ministers has approved the National Strategy for Occupational Safety and Health 2026-2027, which sets out the State's priorities and courses of action regarding the prevention of occupational risks and the promotion of wellbeing at work. The resolution forms part of the European Strategic Framework on Health and Safety at Work and seeks to address emerging challenges such as digitalisation, demographic changes, and the increase in psychosocial risks, with a particular focus on mental health at work.

The strategy is organised around the prevention of occupational accidents and work-related illnesses, the promotion of healthy working environments, and the adaptation to new models for the organisation of work, providing for measures such as the strengthening of the Authority for Working Conditions' activities, awareness campaigns, and monitoring mechanisms. It is a programme-based instrument which does not directly amend the labour law framework, but which has practical relevance as a guide for public policies, inspection activities, and future legislation.

2. Working Time of Mobile Workers in Road Transport Activities

■ Decree-Law No. 84/2026 of 13 April

The Government has approved the regime applicable to the organisation of working time for mobile workers in the road transport sector, which establishes specific limits and rules aimed at ensuring the protection of the health and safety of these workers, and which transposes European directives. In particular, the Decree-Law provides for a maximum weekly limit of 60 working hours and an average of 48 hours per week, which are calculated over a specified period, as well as rules on breaks, rest periods, and periods of availability.

The regime further provides for specific limitations on night work and establishes a framework of administrative offences for breaches of the rules that have been established, reinforcing enforcement and compliance mechanisms. As a special regime, it takes precedence over the Labour Code regarding the organisation of working time in the road transport sector, and directly impacts the management of schedules and the organisation of the activities of road transport companies.

New case law developments in the area of labour law and social security

1. Liability in the context of a group of companies may be relevant to labour law proceedings but must be raised at the appropriate stage of the proceedings

- Judgment of the Supreme Court of Justice of 8 April 2026 (Rapporteur: Domingos José de Morais, Case No. 1333/20.5T8LRA.C3.S1)

In proceedings challenging a dismissal due to the elimination of an employee's position, in addition to the claim against the official employer, the employee in question sought to hold other companies in the same corporate group liable, on the grounds of coordinated conduct and a functional overlap between entities. At first instance and on appeal, the dispute focused on the subjective scope of the action and the adequacy of the factual allegations regarding the involvement of the various companies. It was only at an advanced stage of the proceedings that the employee sought to extend the scope of liability to other entities in the group.

The Supreme Court of Justice (*Supremo Tribunal de Justiça*) (“STJ”) concluded that this extension of liability was impermissible, as it breached the principle of preclusion of means of defence and allegations. The Court stressed that the identification of the parties at fault must be carried out at the appropriate stages of the proceedings. While acknowledging the significance of the role of groups of companies in labour law, the STJ reaffirmed that such complexity does not waive the obligation to raise the grounds for liability promptly. Accordingly, the STJ upheld the contested decision which had limited liability to the entity that was initially named as a defendant.

2. Presumption of an employment relationship and the payment of interim remuneration, excluding amounts that do not have a remunerative nature

- Judgment of the Supreme Court of Justice of 4 March 2026 (Rapporteur: Antero Veiga, Case No. 589/22.3T8LSB.L1-A.S1-A)

In proceedings for the recognition of an employment contract, the STJ reaffirmed the prevailing case law, ruling that the facts to be demonstrated in order to rebut the presumption must, by their number and significance, call into question the probability of the occurrence of the presumed fact, as required by the legislature when establishing the presumption on the basis of the indicative facts, with mere “*factual circumstances that may support mere hypotheses*” being insufficient.

The STJ further ruled that interim payments must be calculated on the basis of remuneration payments, excluding those which, under Article 260 of the Labour Code, do not have such a nature, namely meal allowances and travel expenses, unless they exceed the respective normal amounts, have been provided for in the employment contract, or must be considered an integral element of the employee's remuneration in accordance with custom and practice.

3. Legal value of facts established during the conciliation phase in proceedings relating to workplace accidents

- Judgment of the Lisbon Court of Appeal of 15 April 2026 (Rapporteur: Maria José Costa Pinto, Case No. 2072/22.8T8VFX.L1-4)

The proceedings arose from a workplace accident, in respect of which, following the conciliation phase provided for in the Labour Procedure Code (*Código de Processo do Trabalho*) (“CPT”), the employer declared that it accepted the factual assumptions identified by the Public Prosecutor, namely the occurrence of the accident, the causal link with the injuries, and the amount of the annual remuneration. The employer disagreed only on the issue of liability, which it argued had been fully transferred to the insurer. Subsequently, during the contentious phase of the proceedings, the employer filed a

defence which challenged those same facts, thereby giving rise to the question of the relevance of that challenge and its effects in relation to the insurer, which did not file a defence.

The Lisbon Court of Appeal (*Tribunal da Relação de Lisboa*) (“**TRL**”) concluded that the employer's statements in the record of the unsuccessful conciliation, interpreted according to the theory of the reasonable recipient, constituted an acceptance of the essential facts, with the dispute therefore being confined to the determination of the insurer's liability. Accordingly, the Court considered the subsequent challenge of those facts by the employer to be inadmissible, as it contradicted what had been previously accepted, with neither the employer nor the insurer being able to benefit from that pleading under Article 129(2) of the CPT. The TRL further clarified that such statements do not constitute a confession within the meaning of civil procedure but produce their own effects within the scope of labour proceedings, reaffirming the relevance and stability of the position taken during the conciliation phase.

Labour radar

- 1. On 29 April 2026, representatives of the EU's Member States confirmed that they had reached a provisional agreement with the European Parliament to revise the rules for the coordination of national social security systems, with the aim of making them clearer, fairer and easier to apply.**

The revision concerns the existing framework (Regulations Nos. 883/2004 and 987/2009) and seeks to modernise coordination in areas such as unemployment benefits, family benefits, and long-term care, as well as to strengthen labour mobility within the European Union, ensuring that citizens who work or live in another Member State can exercise their social rights more simply and effectively, avoiding gaps or overlaps in protection. It also represents a significant political step in a lengthy legislative process, with formal approval by the European institutions now required.

Contact

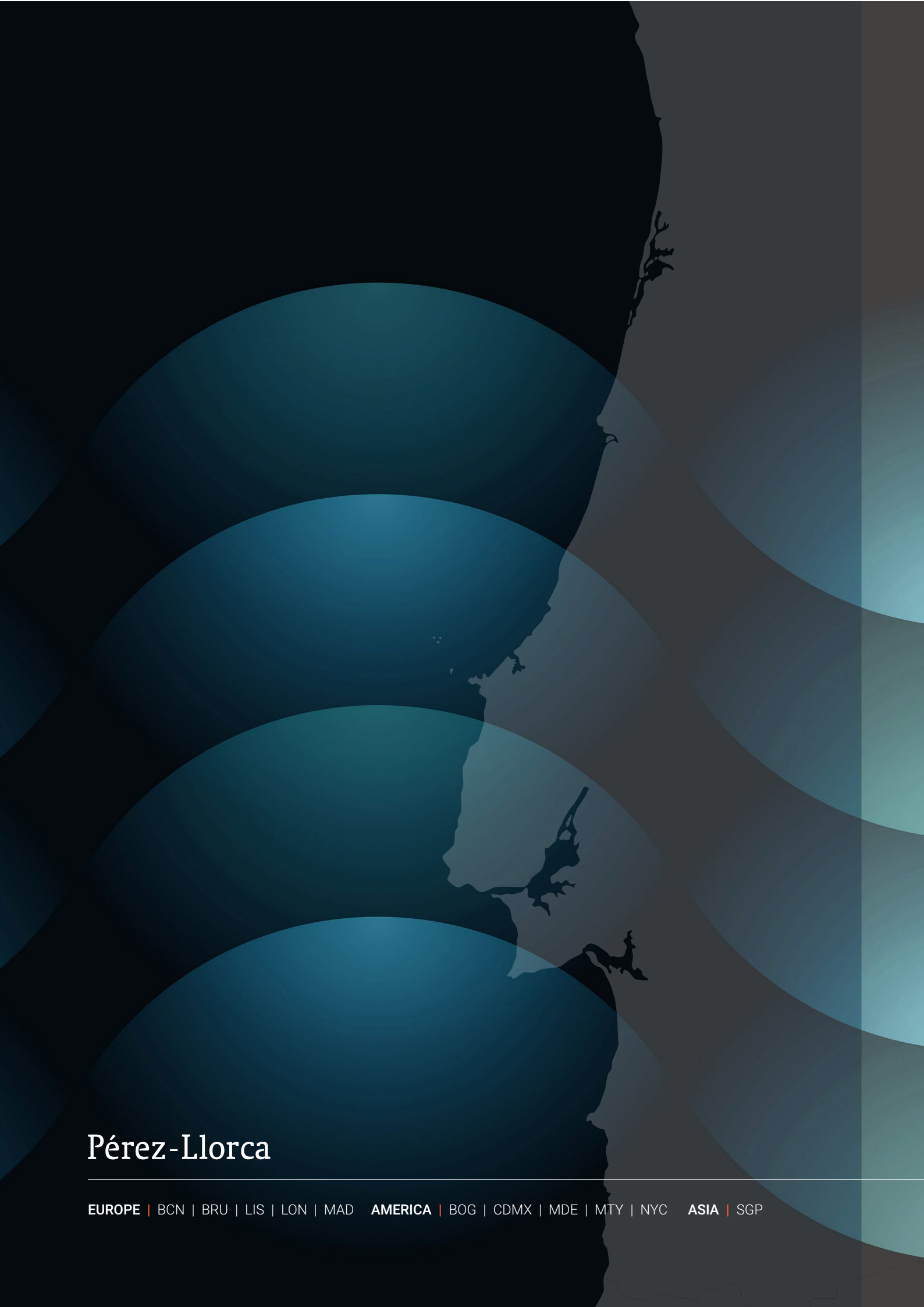


Inês Arruda

Sócia de Laboral, Compensações e Benefícios
Socia de Laboral, Compensación y Beneficios
Partner, Employment, Compensation and Benefits

iarruda@perezllorca.com

T: +351 918 839 949

A stylized map of Europe is shown in silhouette against a dark background. The map is overlaid with several large, semi-transparent teal circles of varying shades, creating a layered effect. The circles are positioned over the continent, with some overlapping the Atlantic Ocean and others the Mediterranean Sea. The overall aesthetic is modern and graphic.

Pérez-Llorca

EUROPE | BCN | BRU | LIS | LON | MAD | AMERICA | BOG | CDMX | MDE | MTY | NYC | ASIA | SGP